

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO-SENSU EM FORMAÇÃO DOCENTE PARA A
EDUCAÇÃO BÁSICA

BEATRIZ DIAS FÉLIX

**FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO
MUNICÍPIO DE TRIUNFO-PB**

CAJAZEIRAS - PB
2023

BEATRIZ DIAS FÉLIX

**FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO
MUNICÍPIO DE TRIUNFO-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pós-Graduação Lato-Sensu em Formação Docente para a Educação Básica, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras-PB, como requisito para obtenção do título de Especialização.

Orientador Professor Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

F627f	<p>Félix, Beatriz Dias. Formação continuada para docentes da educação básica no município de Triunfo - PB / Beatriz Dias Félix. – Cajazeiras, 2023. 29f. Bibliografia.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes. Artigo Monográfico (Especialização em Formação Docente - Educação Básica) UFCG/CFP, 2023.</p> <p>1. Formação continuada. 2. Política educacional. 3. Educação básica. 4. Educação básica -Triunfo- Município - Paraíba. I. Lopes, Wiama de Jesus Freitas. II. Título.</p> <p>UFCG/CFP/BS CDU – 377.8</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

BEATRIZ DIAS FÉLIX

**FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO
MUNICÍPIO DE TRIUNFO-PB**

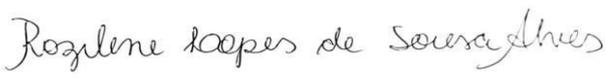
Artigo monográfico apresentado como requisito parcial para obtenção de Certificação da Pós-Graduação *Lato sensu* em Formação Docente para a Educação Básica, da Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientadora: Prof.^ª Dr. Wiama de Jesus de Freitas Lopes.

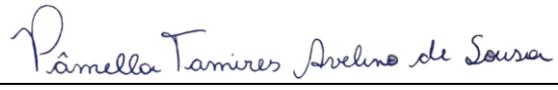
Aprovado em: 24 / 11 / 2023.



Orientador Prof. Dr. Wiama de Jesus de Freitas Lopes 24/11/2023
(Data)



Prof. Dra. Rozilene Lopes de Sousa Alves 24/11/2023
(Data)



Prof.^ª Dra. Pâmella Tamires Avelino de Sousa 24/11/2023
(Data)

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TRIUNFO-PB

RESUMO:

O presente trabalho traz uma investigação a respeito dos desafios que permeiam o cenário da formação continuada para professores da educação básica na rede pública de ensino, sob o objetivo de analisar acerca dos fins e condições de implementação de estratégias institucionais de formação continuada para docentes. O trabalho foi organizado a partir das seguintes categorias de análises extraídas da pesquisa desta produção: “Políticas Educacionais” dialogando com autores como Stephen Ball (2001); “Formações Continuadas Docentes” embasada em Bernadete Gatti (2014) e Antonio Nóvoa (1989); “Políticas de Formação Continuada para Docentes” referenciada pela Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 e pela Base Nacional Comum Curricular e “Educação Básica” embasada em Carlos Roberto Jamil Cury (2002). A pesquisa também se propôs a responder a seguinte questão: De que modo se constituem estratégias de formação continuada para docentes da educação básica no Município de Triunfo-PB. Os resultados também foram obtidos a partir da aplicação de um questionário, analisados de forma qualitativa. A investigação a partir das análises empreendidas mostrou que a formação continuada é essencial para o aprimoramento das teorias e práticas pedagógicas, assim como é um direito previsto pela Lei de Diretrizes e Bases desde 1996, onde responsabilizam a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios pela oferta de formação inicial, continuada e capacitação dos profissionais docentes. Após a análise realizada, concluiu-se que a oferta de formação deve estar baseada na necessidade da comunidade escolar e não na disponibilidade e/ou entendimento pontual ou cívico de Secretarias de Educação. A partir dos resultados obtidos foi possível observar que a formação continuada, por si só, não é suficiente se não houver o investimento necessário que a educação exige. Ofertar formação continuada é mais do que dispor de cursos para os profissionais da sala de aula, visando a atualização do currículo, é buscar fomentar consciência de que estes profissionais merecem receber o que lhe é de direito, desde remuneração salarial digna à boas condições de trabalho, passando por oportunidades de progressiva consolidação de suas bases político-pedagógicas de atuação docente.

Palavras-chave: Formação continuada. Políticas Educacionais. Educação básica.

INTRODUÇÃO

A formação continuada de professores é um processo contínuo de aperfeiçoamento dos saberes e práticas, o que oportuniza aos educadores uma visão mais qualificada e atualizada sobre o contexto educacional em suas singularidades. Além disso, a formação continuada é um direito previsto em lei desde 1996 a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), onde a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios são obrigados a ofertar formação inicial, continuada e capacitação dos profissionais de magistério, podendo inclusive

utilizar tecnologias de educação a distância para a disponibilização das formações (LDB 9394/96).

A formação continuada possui desafios evidentes nas esferas governamentais, tendo sua maior proporção de impacto nos municípios, principalmente os de menor estrutura financeira. Em municípios pequenos a realidade escolar possui percalços que dificultam a formação continuada, tais quais: a jornada dupla — e até tripla — de trabalho de professores; o deslocamento para as escolas do campo; a dificuldade de acesso a especializações gratuitas de qualidade; a ausência de plano plurianual que preconize e assegure formação continuada de profissionais da educação, bem como a fragilidade de compromisso político-pedagógico para docentes e de formação técnica de dirigentes escolares tanto em Secretarias Municipais de Educação, quanto nas gestões de unidades educacionais.

A necessidade de se estudar o contexto das formações continuadas em suas singularidades nos permite compreender os motivos que têm dificultado a oferta e a busca por formação continuada. Assim como nos oportuniza conhecer as necessidades de ofertas para os professores da educação básica, que atuam diretamente com os anos iniciais, popularmente chamados de “chão da sala de aula”. Para a análise desse cenário, o presente trabalho teve como objeto de estudo a “Formação Continuada para Docentes”, tratando sobre a condição estratégica de dar continuidade aos conhecimentos obtidos na graduação, a fim de aperfeiçoar a prática docente nos iniciais.

A pesquisa teve como problema: De que modo se constituem estratégias de formação continuada para docentes da educação básica no Município de Triunfo-PB. O que se delineará pelo objetivo geral de analisar os fins e condições de implementação de estratégias institucionais de formação continuada para docentes da educação básica do Município de Triunfo-PB.

Referencialmente, para a consecução de tal objetivo, buscou-se aferir este estudo pelos seguintes objetivos específicos:

- ✓ Conceituar as políticas de formação continuada na e para educação básica;
- ✓ Levantar as políticas de formação continuada no município no recorte temporal de 2016 a 2023 no que concerne às intenções político pedagógicas que as demandaram;
- ✓ Identificar a dinâmica e os resultados das políticas de formação continuada em gestão municipal da educação.

Esta produção desenvolveu-se a partir de uma pesquisa qualitativa que foi realizada a partir de entrevistas com a Secretária de Educação e três coordenadoras da rede municipal de ensino da cidade de Triunfo, interior do Estado da Paraíba. As três coordenadoras são

profissionais efetivas e possuem mais de 15 anos de experiência na área da educação. O intuito da investigação é conhecer as experiências, desafios e potencialidades no processo de formação continuada docente em Triunfo PB.

Além da LDB, outros dispositivos legais e órgãos também atuam para assegurar que esse direito seja garantido, como o Conselho Nacional de Educação (CNE), que “define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”, através da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, onde determina no Art. 5º:

II - A formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação”.

As Diretrizes Nacionais Curriculares (DNC), também tratam do assunto no Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, quando institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Evidenciando os princípios norteadores no Art. 5º:

Art. 5º As Políticas da Formação Continuada de Professores para a Educação Básica, de competência dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em consonância com os marcos regulatórios definidos pela LDB e, em especial, pela BNCC e pela BNC-Formação, tem como princípios norteadores:

[...]

III - Colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da política nacional de formação continuada de professores para a Educação Básica;

A formação, seja ela continuada ou inicial, deve ser um processo contínuo de aperfeiçoamento e conhecimento de novas práticas, pois tem como objetivo manter os profissionais atualizados sobre as temáticas que regem a educação mundial. Os estados e municípios são livres para escolher a metodologia ofertada, desde que supra as necessidades da rede, proporcionando discussões que favoreçam e potencializem o trabalho docente.

Gatti (2014) faz um diálogo sobre o aumento do número de pesquisas sobre formação de professores que vai ao encontro a um levantamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes/MEC) disponibilizado no Portal do Ministério da

Educação, apontando o crescimento também nos números de pós-graduandos no Brasil nos últimos anos.

Cabe ressaltar que entre 2020 e 2021 os municípios estavam ainda fragilizados pelo impacto causado pela pandemia do COVID-19 e pela absoluta negligência na gestão federal de políticas educacionais também para a formação continuada de profissionais da educação, o que nos leva a considerar que nos anos seguintes a mobilização foi para recuperar-se dos prejuízos causados pela suspensão das formações continuadas propriamente ditas e para reverter o quadro de evasão escolar e de *déficit* de aprendizagens.

1. Políticas educacionais: conceito e contextualização

A formação continuada como atributo do desenvolvimento profissional de docentes está constituída no âmbito de políticas educacionais. As políticas educacionais, por sua vez, são baseadas em leis e diretrizes, agindo a partir do planejamento, custeio e implementação de ações em áreas de impacto, como a educação, saúde e segurança pública. Essas ações servem para proporcionar à sociedade melhorias na qualidade de vida, garantir direitos e prestar assistência à população.

Dentre as políticas públicas voltadas à educação, algumas se destacam pela efetividade dos objetivos propostos, exemplo disso são os programas direcionados à educação básica, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ao ensino profissionalizante, como o “Programa Caminho da Escola”, “Programa Brasil Alfabetizado” e “Programa Universidade Para Todos (PROUNI)”, que vem gerando oportunidade de acesso ao ensino superior.

A educação básica é definida a partir do Capítulo II da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96), onde discorre: Art. 22º A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Sabemos, então, que um dos objetivos das políticas públicas educacionais é implementar mudanças que afetem positivamente a realidade do cotidiano escolar. Nesse sentido, para saber se de fato essas políticas vêm se efetivando é necessário ouvir os profissionais que trabalham e conhecem de perto os progressos alcançados, e também as barreiras enfrentadas nas instituições escolares relativas à questão da oferta com qualidade socialmente referenciada de educação básica.

Esses profissionais são responsáveis por avanços cotidianos na educação, desde à modernização dos métodos utilizados em favor da aprendizagem, até o enfretamento e/ ou denúncias de políticas que causavam retrocessos ao trabalho docente. Tratando das relações políticas Ball (2001, p. 111) conclui “no setor público um dos grupos vencedores é aquele que toma a responsabilidade de transformar a cultura e o controle das organizações do setor público [...]”.

Também é objetivo de políticas públicas educacionais estabelecer diretrizes que possam reger o sistema de ensino, de modo a manter seguros os direitos e exigir o cumprimento dos deveres dos envolvidos nesse processo, desde os professores da educação básica até os prefeitos e demais parlamentares. Assim, é possível compreender que tais políticas se tornam obrigatórias e devem estar em constante atualização para acompanhar as mudanças inerentes sistema educacional.

Estudar essa categoria é indispensável para compreender a importância da formação continuada para professores, que está diretamente ligada às políticas e as diretrizes por elas estabelecidas. Para isso, Nóvoa (1989) faz uma análise mais profunda sobre o contexto da profissão docente, o texto detalha a linha do tempo dessa profissão a partir da história e da sociologia, iniciando a partir da expulsão dos jesuítas e reformas estatais do ensino de 1759 e 1972, conforme pensa Nóvoa (1989)

Depois de dois séculos sujeitos a um firme controlo clerical, que não autorizava qualquer tipo de heresia (vejam- -se os processos da Inquisição a numerosos professores), o corpo docente vai ser colocado na alçada do Estado, que o manterá debaixo de uma subordinação estrita (vejam- -se os processos instaurados aos professores pela governação pombalina): num Estado em que a escola vai passar a funcionar como uma espécie de garante ideológico de uma ordem económica baseada na propriedade privada dos meios de produção e na economia de mercado, a autonomia dos professores não poderia obviamente passar de uma quimera, quimera que de resto ninguém alimentava, nem mesmo os próprios professores. (NÓVOA, 1989, p. 437).

Podemos compreender que desde os primeiros passos da educação, os professores sofreram forte interferência do estado para desenvolver em sala de aula os interesses de um dado grupo dominante. Logo, podemos nos questionar sobre a atuação do professor nos dias de hoje; sobre como as lutas dessa categoria amenizaram essa interferência e, além disso, sobre a influência que os profissionais da educação passaram a ter nas políticas atuais.

Essas lutas resultaram em muitos direitos adquiridos, entre eles estão as leis citadas na introdução deste estudo que garantem ao profissional docente uma continuidade em seu processo de formação, assegurando direitos de remuneração e apoio aos que buscam uma

formação continuada em nível de pós-graduação. Nesse contexto, há algumas décadas Nóvoa (1989) já demonstrava esperança e previa melhorias para a profissão.

[...] é preciso ter a coragem de perceber que o passado da profissão docente foi algures um dos futuros possíveis, não o único. Esta ideia liberta-nos para compreender que hoje em dia há também vários futuros possíveis para a profissão docente e permite-nos trabalhar nas margens da intervenção possível para que alguma coisa mude no estatuto profissional dos professores. (NÓVOA, p. 456).

As mudanças passam a ser visíveis a partir das leis que proporcionaram um certo direcionamento a educação, entre elas estão a LDBEN 9.394/96 e a Base Nacional Comum Curricular (CNCC), que estabelece competências da escolaridade básica, a fim de tornar a educação acessível a todos os cidadãos e dispor de um ambiente de trabalho qualificado para a atuação dos profissionais envolvidos no sistema de ensino.

Ainda há uma grande desigualdade em torno do sistema educacional, tendo em vista a realidade social e contexto econômico em que muitas escolas do país estão inseridas, porém é essencial ressaltar a capacidade que os docentes possuem de superar esses contextos, sem deixar de reivindicar direitos básicos e lutar por melhorias nas instituições escolares.

2. Formação continuada docente: garantias e direitos da classe

A formação continuada para Professores é um direito de todos os docentes, seja da educação básica ou do ensino superior, devendo ser um processo permanente e constante, pensando não só em complementar a formação dos educadores, mas também em ofertar novos conhecimentos, aprimorando as práticas e incentivando a continuidade da educação.

Para melhor conceituar a formação continuada, podemos dizer que se trata de uma capacitação contínua, dando aos profissionais a oportunidade de se qualificar na profissão em que atua. Essa capacitação pode ser oferecida através de cursos complementares, que por sua vez, podem ser presenciais ou a via remota, desde que cumpram os requisitos estabelecidos em lei.

Além disso, a formação continuada deve possuir um caráter inovador, trazendo práticas atualizadas e novas tendências pedagógicas, incluindo em sua grade curricular formações para o uso adequado dos recursos tecnológicos possíveis para a educação, a fim de utilizar todos os mecanismos disponíveis para melhorar a aprendizagem e proporcionar a inclusão dos alunos nas salas de aulas.

Implementada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei nº 9.394), a formação continuada chega a fazer parte das políticas públicas educacionais, tornando-se obrigatória conforme Parág. Único do Art. 62-A: “[...]no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação”.

As instituições escolares que ofertam formação continuada tendem a ter maior eficiência no processo de ensino, pois fornecem aos professores a oportunidade de dar continuidade aos conhecimentos obtidos na graduação, e muitas vezes, a oportunidade de iniciar uma nova formação. Segundo Magalhães e Azevedo (2015), o Brasil conta com um grande percentual de professores sem a formação necessária para a área em que atua. Assim, ofertar formação continuada, é muitas vezes possibilitar ao docente uma primeira formação para ministrar com segurança as aulas em sua modalidade de ensino.

Além da oferta, as instituições precisam se preocupar também com a qualidade dos conteúdos, evitando uma descaracterização dos profissionais que já atuam em sala de aula. É essencial compreender que o trabalho docente possui especificidades que precisam ser vistas e trabalhadas durante o processo de formação.

Nesse sentido entendemos que tanto a formação inicial quanto a continuada devem considerar o trabalho do professor como sendo “consciente dos contrastes”, para além de uma formação pautada em competências, em programas de qualificação, levando às escolas materiais prontos, maximizados pelas tecnologias cada vez mais presentes no ensino. (MAGALHÃES E AZEVEDO, 2015, p. 20-21).

Além de ser um direito dos docentes, a formação continuada é também uma necessidade dos profissionais, visto que as mudanças que ocorrem em todo o mundo refletem diretamente no sistema de ensino, e os professores precisam buscar a melhor maneira de acompanhar todas as atualizações. Além da atualização constante, a formação continuada se faz necessária também pelo aumento da empregabilidade, aprimoramento do desempenho pessoal e profissional e desenvolvimento de novas habilidades. Outro exemplo de tais necessidades de formação continuada está no fato de a pandemia vivida ter exigido dos profissionais docentes habilidades tecnológicas que muitos deles não possuíam, neste cenário, o uso dos recursos tecnológicos deixou de ser uma escolha optativa e passou a ser a única saída possível para impedir a paralisação total e contínua das aulas.

Além disso, os professores tiveram ainda que lidar com a precarização que se estabeleceu no serviço voltado ao trabalho docente, tendo que se responsabilizarem com os

custos com ambiente, iluminação, aumento no pacote de internet e adequação de mobiliários e equipamentos para as aulas. Sobre isso, Ivenicki (2021) comenta:

A grande polarização entre aqueles que defendiam a Educação por meios tecnológicos (aí incluída a Educação a Distância) e aqueles que enfatizavam a necessidade absoluta da Educação presencial parece diluir-se à medida que os meios remotos passaram a ser os únicos possíveis no contexto pandêmico. (IVENICKI, 2021, p. 850).

O ensino remoto parece perpetuar-se no sistema de ensino, registrando ainda hoje (após a declaração do fim da pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), uma grande procura por parte dos indivíduos que necessitam dar continuidade a formação. Portanto, a Educação à Distância passa a ser grande aliada também das instituições que visam ofertar uma formação continuada.

O Governo Federal lançou então um ambiente virtual colaborativo de aprendizagem (AVAMEC), com o intuito de levar aos profissionais e estudantes uma formação com certificação, acessível e gratuita. Muitos dos cursos ofertados dão continuidade formações de programas aderidos pelos municípios, como o curso “ABC”, que faz parte do “Programa Tempo de Aprender”, onde coordenadores e assistentes de alfabetização precisam realizar o curso para se aperfeiçoarem nas práticas exigidas.

Pode-se compreender que a formação continuada vem sendo um grande investimento dos estados e municípios, incentivando os profissionais docentes a ampliar sua formação, buscando novas práticas e atualizações das metodologias pedagógicas. Esse investimento, além de contribuir com a carreira do professor, oportuniza também maior segurança do mesmo ao ministrar as aulas, buscando as melhores maneiras de melhorar a aprendizagem dos alunos.

Percurso metodológico

O trabalho foi organizado a partir das seguintes categorias de análises extraídas da pesquisa desta produção. Sendo a primeira delas “Políticas Educacionais” dialogando com autores como Stephen Ball (2001) e leis que asseguram o direito à formação continuada. Esta categoria foi discutida a partir de produções que avaliam e/ou consideram analiticamente produções acerca de políticas educacionais, advindas de órgãos públicos que são responsáveis

pela implementação e ampliação da educação pensando no direito à inclusão e permanência com sucesso de dos alunos no sistema de ensino.

A segunda categoria que sustenta esse estudo relativo à formação continuada é “Formações Continuadas Docentes”, em suas obrigatoriedades e no cumprimento do que se trata das bases de desenvolvimento profissional, sendo tal categoria embasada em Bernadete Gatti (2014) e Antonio Nóvoa (1989) que, por sua vez, reflete sobre a profissão docente, sua história e características sócio profissionais.

A terceira categoria que baliza esta produção é “Políticas de Formação Continuada para Docentes” embasada na LDBEN 9.394/96 e na BNCC, abordando de forma mais afunilada às conceituações de políticas de formação e políticas derivadas de leis, que atuam como instrumentos para a implementação da formação continuada de docentes para estados e municípios.

A quarta categoria está referenciada por Carlos Roberto Jamil Cury (2002), onde iremos dialogar sobre “Educação Básica”, trazendo uma discussão mais ampla sobre a educação em seu contexto geral e sobre suas modificações diante das atualizações dos desafios educativos, apresentando uma visão sobre as relações políticas e currículo ante às necessidades de formação continuada, nesse caso, para docentes.

Para analisar os fins e condições de implementação de estratégias institucionais de formação continuada para docentes foi preciso, através da entrevista, conhecer as experiências e as impressões que as participantes possuem a respeito da formação continuada para docentes. O convite para a entrevista foi realizado via mensagem de texto, contendo em anexo o questionário da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A entrevista conteve 12 questões, sendo complementadas pela pesquisadora de acordo com as respostas de cada participante. Inicialmente, foi realizado um breve questionário para obter as informações pessoais de cada uma delas, como nome, formação e tempo de atuação na área. Todas as entrevistadas já trabalham na educação municipal há mais de 15 anos, todas elas possuem experiência em sala de aula antes de assumir cargo atual. Uma delas ainda atua como professora em um município vizinho, onde também ocupa cargo efetivo.

A pesquisa foi realizada com três coordenadoras de escolas públicas da rede municipal de ensino e a secretária de educação. As quatro participantes são funcionárias efetivas do município de Triunfo, no interior do Estado da Paraíba. A primeira entrevistada é coordenadora de escolas da zona rural, a segunda atua na educação infantil na zona urbana e a terceira é representante da secretaria municipal de educação, e também coordena escolas na zona rural.

Resultados e discussão

O tema foi pensado diante da necessidade de pesquisa e discussão sobre as políticas que assegurem o direito de formação do profissional docente, tendo como foco seguir os passos da formação continuada no local da pesquisa nos últimos sete anos, no intuito de conhecer às oportunidades e desafios a respeito das formações ofertadas no município de Triunfo-PB.

Conceituando a formação continuada de professores, Gatti (2014, p. 38) apresenta:

O conceito básico que consta das orientações existentes sobre a formação de professores é que sua organização institucional deve ser realizada numa estrutura com identidade própria, sendo que as práticas, na matriz curricular, não devem ser reduzidas a um espaço isolado, mas que sejam postas em articulação com fundamentos e conteúdos específicos, devendo estar presentes desde o início do curso e permear toda a formação do professor.

Baseando-se nessa informação, buscamos conhecer um pouco mais desse conceito segundo a visão das participantes da pesquisa, primeiramente, procurou-se tratar sobre a importância desse processo formador e o que elas compreendiam por “formação continuada de professores”. As quatro entrevistadas trataram como essencial para a eficácia do processo educativo, deixando claro em sua resposta, quando perguntadas sobre o que entendiam por formação continuada de professores, a Participante A respondeu: “*A formação continuada de professores é um processo contínuo que dá a oportunidade a esse profissional de ampliação e alinhamento de saberes*”. (Participante A. Entrevista cedida a Beatriz Dias Félix. Triunfo, 05 mai de 2023).

Concordando com isso, a Participante C ressaltou para a mesma questão: “*É um processo contínuo de formação, em que vamos aperfeiçoar os saberes, a prática, seja ela à docência ou qualquer área profissionalizante*”. (Participante C. Entrevista cedida a Beatriz Dias Félix. Triunfo, 08 mai de 2023).

Ao citar as áreas profissionalizantes, a entrevistada nos leva a refletir sobre o mercado educativo, que tem crescido juntamente com o avanço do neoliberalismo. É essencial que a formação continuada tenha caráter formal, porém, deve-se agir com cautela quando se trata e “profissionalizar”, pois pode direcionar ao empresariamento da educação. No Brasil, em especial, é perigoso permitir que a educação adentre em um meio empresarial, afastando-se dos princípios básicos que o ato de educar exige. A realidade social que a educação busca transformar seria negligenciada e, mais uma vez, crianças e jovens seriam direcionados a

exercer mão de obra barata, desinformados sobre seus direitos e principalmente, sem capacidade crítica de se posicionar em meio a sociedade.

Freitas (2012) já destacavam o crescimento do neoliberalismo, induzindo a ampliação do mercado educativo com o movimento da rede privada, que tinha como objetivo transformar a educação em um comércio altamente lucrativo, subordinando o sistema educacional aos interesses do mercado, o que chamaram de “indústria educacional”.

Nos dias atuais, é possível ver forte influência do mercado financeiro no meio educacional, mesmo que a constituição determine garantia de qualidade no ensino, ainda é nítido a desvalorização dos profissionais docentes e as inúmeras tentativas de sucateamento da educação, que ainda resiste através das lutas enfrentadas pelos educadores.

Essa desvalorização acaba servindo estrategicamente ao capital privado para margens de crescimento da indústria no meio educacional, que amplia suas raízes através de formações rápidas e sem credibilidade, com o intuito de afastar os jovens das universidades e perpetuar o domínio do poder. Infelizmente, a iniciativa dos profissionais docentes será ainda mais difícil se não houver dentro do governo um espaço reservado para verdadeiros educadores, que pensem e planejem as políticas públicas a fim de melhorar a qualidade de vida e proporcionar oportunidades para que os jovens possam refletir e adquirir consciência sobre sua realidade social, buscando melhorias a partir disso.

Dessa forma, a formação continuada é ainda mais indispensável, visto que a educação mundial percorre um caminho de transformação contínua, rompendo paradigmas que vão desde a educação infantil, até o ensino superior. Essas transformações vêm sendo ainda mais evidentes após o período pandêmico, onde muitos profissionais precisaram se reinventar para atuar de forma remota, fazendo uso de tecnologias que muitas vezes eram desconhecidas para eles.

É possível afirmar que tais dificuldades são reflexos da ausência de capacitação adequada para os educadores, sendo consequências de alguns diferentes fatores de ordem pública, como a falta de investimento e a desvalorização dos profissionais docentes. Para Vasconcelos e Araújo (2020, p. 5), essa falta de capacitação ampliou as dificuldades, pois “a ausência de formação demonstra falta de conhecimento e isto pode ter dificultado a adaptação a esta mudança inesperada de ambientes e forma de ensinar”.

Para amenizar tais danos ocasionados na educação foi necessário resgatar metodologias da formação inicial em novas formações que pudessem complementar as práticas. Essa é uma das principais características de uma especialização docente, apresentar contextos de complementação do que já foi visto. Quando questionada se a formação

continuada apenas complementa a formação inicial ou apresenta conteúdos que nunca foram vistos na graduação, a Participante C ressalta: *“Tratando da educação, é mais a questão da prática, ela vem completar a formação inicial que a gente tem e traz novas propostas de conteúdo para a prática, envolvendo os dois, tanto complementa como apresenta novos conteúdos”*. (Participante C. Entrevista cedida a Beatriz Dias Félix. Triunfo, 08 mai de 2023).

Ao longo da entrevista foi possível identificar que as quatro entrevistadas possuíam conhecimento a respeito das leis que regem o tema, inclusive uma observação importante que foi realizada foi a comparação do atual momento educacional com os programas governamentais de anos atrás, onde duas delas relataram sentir certo retrocesso no que diz respeito a formação continuada de professores, onde a Participante B destacou:

“Em outros momentos, víamos mais programas de formações continuadas ofertados pelo governo nacional, eram uma forma de impulsionar os estados e municípios para que eles investissem nesse processo contínuo de formação. Hoje vemos que o estado e os municípios buscam ofertar por conta própria, acredito que os recursos continuam vindo, porém sinto que a estrutura de um programa a nível nacional faz falta para essa formação”. (Participante B. Entrevista cedida a Beatriz Dias Félix. Triunfo, 08 mai de 2023).

A Participante A, quando questionada sobre a oferta de ensino, respondeu:

O estado ou o município oferecem curso de formação continuada, logo que eles não têm a opção de não oferecer porque é obrigatório, está previsto na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e a DNC (Diretrizes Nacionais Curriculares), então é obrigatório a oferta de formação continuada aos profissionais da educação”. (Participante A. Entrevista cedida a Beatriz Dias Félix. Triunfo, 05 mai de 2023).

Além das leis citadas pela coordenadora, o Plano Nacional de Educação (PNE) apresenta metas direcionadas a formação continuada docente, em uma delas, é específico ao citar “[...] garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino”, sugerindo seis estratégias para o cumprimento e avaliação por parte das Secretarias de Educação.

Apesar de ter sido publicado em 2014, o Plano Nacional de Educação foi assertivo ao elencar a formação continuada como uma das prioridades para os municípios, visto que estamos vivenciando momentos em que as informações nos chegam em uma velocidade surpreendente, para acompanhar tais novidades, os profissionais de todos os ramos buscam se

especializar em determinadas áreas, não só com o intuito de ampliar os conhecimentos, mas também de não perder seu posto no acelerado giro do mercado de trabalho.

É importante também que os cursos ofertados tenham qualidade e disponham de conteúdos adequados para atender aos professores já inseridos na sala de aula, assim como, abranger o atendimento aos profissionais recentemente formados. Assim, é necessário que exista um bom planejamento antes de promover essa formação, analisando as necessidades da comunidade que irá atender.

No município polo desta pesquisa, uma das maiores necessidades é a formação em educação especial, visto que possui um número significativo de alunos assistidos Atendimento Educacional Especializado (AEE). Segundo o levantamento disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação, atualmente esse número chega a 133 alunos informados no último Censo Escolar, um número ainda é crescente com as triagens realizadas e os laudos que chegam a cada semana de atendimento.

Quando questionadas a respeito das formações continuadas atualmente ofertadas pelo Estado ou município para os profissionais da Educação, sobre as áreas, fundamentalmente e sobre a periodicidade, a participante D, respondeu:

Nesse momento, o Estado em parceria com o município oferece o Integra, que é um programa de alfabetização voltado para os anos iniciais, e temos do município o AEE, que se refere a inclusão, voltado tanto para o infantil, quanto para o fundamental I e II, que acontecem mensalmente, sempre no primeiro sábado de cada mês, de forma presencial. Já o Integra é geralmente três dias de formações por mês, de forma on-line. Ainda assim não acho que seja suficiente, acredito que para a educação infantil deveria acontecer mais na prática, com oficinas, com metodologias de como fazer. Porque alguns encontros on-line são bons, mas é cansativo, todo mundo já está com a mente sobrecarregado, então acredito que a gente aproveitaria mais com a prática. (Participante D. Entrevista cedida a Beatriz Dias Félix. Triunfo, 09 mai de 2023).

Dessa forma, compreende-se que a equipe municipal se preocupa em oferecer uma formação adequada para os profissionais que lidam todos os dias com alunos que possuem diferentes necessidades especiais, sendo necessário adaptar as atividades, os conteúdos, a metodologia e até mesmo o plano e aula ou de curso para incluir esses alunos na turma que estão inseridos.

Quanto aos formatos de formações utilizados pela rede de ensino (Ex: seminários pontuais, palestras, cursos, etc), a participante A respondeu “os formatos de formação oferecidos são palestras e cursos” (Participante A. Entrevista cedida a Beatriz Dias Félix. Triunfo, 05 mai de 2023), já a participante D foi mais específica citando as formações disponíveis no município atualmente:

No caso do AEE acontece mais como uma palestra, eu vejo mais essa formação continuada como uma palestra, e no caso do integral, ele também acontece assim nesse sentido, semelhante a um seminário, eu vejo assim quando eles colocam os três dias seguidos. (Participante D. Entrevista cedida a Beatriz Dias Félix. Triunfo, 09 mai de 2023).

As aulas e formações no formato remoto é ainda constante no sistema educacional, alguns profissionais, preferem aulas mais interativas, com uso de práticas na metodologia, porém é importante afirmar que o ensino remoto foi a saída mais viável para diminuir os danos causados pela pandemia do COVID-19, como já citado acima. Quanto a isso, ainda durante a pandemia, Moraes (2021, p. 100) comenta:

Vejo, portanto, que há diferentes possibilidades de construir conhecimentos e promover aprendizagens nesses tempos tão conturbados e incertos que se materializam em uma pandemia, e que, praticar/fazer aulas online, como tem se feito nesse momento, mostram outras facetas da experiência com a qual, nem sempre vinha acontecendo em um passado não muito distante, quando recorro ao surgimento desse isolamento ocasionado no início de 2020 e que perdura até os dias atuais, neste ano de 2021.

Pode-se então concluir que é possível ofertar formações de qualidade também de forma remota, desde que haja investimento e planejamento adequado. Além disso é importante também ouvir os professores que participam das formações, sendo possível realizar uma filtragem do que realmente tem proporcionado aproveitamento. Uma forma de chegar a essa resposta, é dispor de avaliações dos resultados esperados e trabalhar uma reformulação da metodologia a partir dos posicionamentos dos estudantes.

Ao ser questionada se houve algum tipo de avaliação presente nas formações que já ocorreram a participante B respondeu:

Bem, eu acredito que toda ação profissional ela precisa ser avaliada, então o mesmo acontece quanto a oferta de formação continuada. Após a formação é necessário que haja essa avaliação ou uma autoavaliação sobre o rendimento, sobre o que foi positivo e o que precisa também ser melhorado quanto a formação. (Participante B. Entrevista cedida a Beatriz Dias Félix. Triunfo, 08 mai de 2023).

A autoavaliação citada pela entrevistada tem como objetivo refletir sobre as próprias habilidades e sobre o rendimento que se obteve com relação ao que foi estudado, essa avaliação é utilizada por muitos profissionais que buscam obter um melhor resultado de si mesmo. Para essa mesma questão a participante D respondeu:

Já houve avaliação dos resultados, por exemplo, no Integra, quando termina as formações a gente tem o formulário de avaliação pra falar o que achou do encontro e sobre o que pode melhorar, a mesma coisa acontece no AEE, sempre pedem sugestões. E quando a gente teve outra formação continuada que foi do PNAIC, a gente fazia relatórios, colocando os pontos positivos e eles pediam sugestões sobre o que poderiam trazer para a gente fazer. Então assim, era muito bom, de fato o que a gente colocava ali parece que era escutado e acontecia, então eu acredito que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa foi um programa de formação continuada que deu certo, era um entusiasmo muito grande dos professores na participação, porque tinham oficinas e metodologias do dia a dia, o que que a gente poderia fazer, acho que essa forma que deveria voltar a acontecer nos municípios. (Participante D. Entrevista cedida a Beatriz Dias Félix. Triunfo, 09 mai de 2023).

A participante D deixa claro que ainda espera mais das formações continuadas, preferindo práticas pedagógicas que reflitam diretamente no dia a dia escolar, apoiando os professores que atuam no ciclo de alfabetização, e proporcionando novas metodologias que poderiam ser utilizadas por eles em sala de aula.

Seguindo com a entrevista, as participantes foram questionadas a respeito dos principais entraves que nos dificultam aproveitar melhor as formações continuadas. A Participante A respondeu:

O que pode dificultar o aproveitamento dessa formação continuada é a falta de planejamento ou sobrecarga. Alguns (professores) tem jornada dupla e até tripla de trabalho e, se bem planejado tudo bem, mas quando não há planejamento você pode ter apenas uma jornada que não vai conseguir aproveitar, então depende muito do planejamento individual de cada profissional. (Participante A. Entrevista cedida a Beatriz Dias Félix. Triunfo, 05 mai de 2023).

A dupla jornada de trabalho citada pela participante está diretamente ligada à uma questão recorrente no polo da pesquisa, onde muitos profissionais atuam em dois (ou até três) municípios diferentes, percorrendo todos os dias um longo trajeto para atender os dois ofícios, sem contar as horas de planejamento em casa, corrigindo avaliações, produzindo atividades e preenchendo o diário escolar. É importante citar também a pressão que enfrentam para conciliar tais demandas sem ausentar-se das responsabilidades pessoais, o que muitas vezes ocasionam cansaço extremo e picos de estresse, que por sua vez podem causar prejuízos na saúde mental, como ansiedade e depressão.

Apesar do desgaste físico e mental que afeta o profissional, é necessário ressaltar que possuir mais de um vínculo não é uma prática ilegal, ou seja, é legítimo buscar a complementação de sua renda, desde que se cumpra a carga horária estabelecida em ambos os locais de trabalho. O que cabe reflexão é a má remuneração e a desvalorização da categoria docente que levam os profissionais a buscarem esse complemento salarial. Mesmo sendo a

profissão base de todas as outras, que formam todos os demais profissionais, a importância dos educadores segue sendo desconsiderada, tendo como reflexo as más condições de trabalho e um piso salarial abaixo do aceitável.

Em uma de suas reflexões acerca da formação de professores, Dermeval Saviani (2009) aponta como uma das possíveis soluções para a dupla jornada de trabalho e tantas outras questões, onde enfatiza em um dos seus artigos o que intitulou por ‘Projeto de Desenvolvimento Nacional’, propondo como solução para os problemas sociais, que a educação seja “máxima prioridade” do país. Para isso, seria necessário investir todos os recursos necessários para promover uma educação de qualidade em tempo integral, como o aumento da remuneração salarial de professores, boas condições de trabalho, ampliação das escolas e estrutura escolar adequada para atender toda a população em idade escolar.

Uma vez a Educação como “máxima prioridade” do país, amenizaria o impacto causado por questões sociais como o desemprego, pela povoação das escolas com todos os profissionais que elas necessitam, segurança, pois tiraria das ruas os jovens vulneráveis ao assédio do tráfico e economia, fazendo girar o mercado financeiro através dos melhores salários oferecidos aos milhões de beneficiados pela oferta de emprego. Além disso, aumentaria a captação de impostos que poderiam ser utilizadas para atender as demais áreas não citadas diretamente no projeto. Por fim, a melhor oferta salarial e as maiores e melhores oportunidade e condições de trabalho serviriam de estímulos para os jovens que iriam investir em formação qualificada e ampla busca por pós-graduações, resultando em um quadro docente qualificado e motivado a trabalhar em tempo integral em uma só escola.

Podemos afirmar que a formação continuada proporciona efeitos positivos para o fazer docente, pois gera momentos de conhecimento e reflexão que desperta um olhar mais crítico a respeito das práticas pedagógicas e da atuação profissional. Esses efeitos também são refletidos na qualificação da aprendizagem discente, já que o professor transmite para a turma os estímulos recebidos, passando a acreditar no potencial de cada aluno de forma individual. Por fim, todos os envolvidos no processo de aprendizagem são beneficiados, incluindo a escola, que poderá contar com um profissional capacitado e consciente da sua importância para o bom funcionamento de todo o trabalho dentro da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ampliou a compreensão sobre o objeto de estudo, elucidando questões que não eram vistas antes de coletar as informações específicas do município. Diante disso, o objetivo geral de analisar os fins e condições de implementação de estratégias institucionais de formação continuada para docentes da educação básica do Município de Triunfo-PB, pode vir a ser respondido a partir das análises de dados envidada que possibilitou concluir que as estratégias adotadas pela Secretaria de Educação surgem a partir das necessidades que a comunidade escolar apresenta, respeitando as particularidades de cada contexto. Para que as necessidades das escolas fossem atendidas, a Secretaria de Educação se mostrou estar atenta às sugestões e solicitações dos docentes, todos as opiniões dos profissionais foram sistematizadas pelo conselho escolar, através de uma discussão e reflexão para elencar o que é prioridade no momento.

Pode-se concluir, que a formação de professores, seja ela inicial ou continuada, é essencial para o aprimoramento das práticas diárias, além de proporcionar maior segurança para atuação dos profissionais docentes. Mesmo sendo previsto em lei, ainda há alguma resistência por parte dos entes federados em ofertar formações de qualidade, com docentes capacitados e conteúdos que realmente proporcionem benefícios aos docentes em contínua formação.

As formações continuadas ainda estão inseridas em um contexto pragmático, onde os professores/palestrantes expõem o passo a passo do que precisa ser feito em sala de aula, sem instigar nos alunos/ouvintes a criticidade e a reflexão, deixando de questionar os sentidos do como e nem dos porquês se deve ser feito aquele determinado recurso ou experiência pedagógica.

No campo desta pesquisa, uma das necessidades mais pautadas foi a educação especial e inclusiva, devido ao elevado número de crianças atendidas pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), que recebem constantemente crianças com laudos de diferentes transtornos e deficiências. É direito dessas crianças permanecerem nas salas regulares e receberem atividades adaptadas ao seu processo de aprendizagem. Assim, os professores necessitam de capacitações específicas para elaborar tais conteúdos e proporcionar a inclusão na turma. Assim, as formações continuadas se fazem ainda mais essenciais, pois apontam para recursos, materiais e mobiliários como suporte das abordagens apreendidas, possibilitando ao professor o conhecimento acerca de instrumentos que possam ser utilizados para amenizar as dificuldades enfrentadas em sala de aula.

Segundo as entrevistadas, a educação especial é um dos assuntos mais abordados nas formações oferecidas pelo município, nesse caso, conclui-se que a principal demanda do município é atendida pela oferta de formação, onde o objetivo dos encontros é proporcionar

aos professores uma maior segurança ao lidar com esse público.

Durante a investigação, constatou-se que existem poucas pesquisas recentes publicadas sobre a opinião dos docentes e as necessidades que eles possuem nos dias atuais (pós pandemia). No entanto, os trabalhos encontrados que se referem ao assunto, possuem grande importância, pois tem a visão de autores renomados que estudaram o tema e realizaram pesquisas com o fim de solucionar as dificuldades enfrentadas para a efetivação das formações.

Os resultados obtidos a partir dessa pesquisa estão voltados a valorização do profissional docente. Foi possível observar que a formação continuada, por si só, não é suficiente se não houver o investimento necessário que a educação exige, gerida com compromisso político qualificado pedagogicamente à luz da observação da função social da escola. Dispor de formação continuada é mais do que ofertar cursos aos profissionais da sala de aula, visando a atualização do currículo, é fomentar consciência de que estes profissionais merecem receber o que lhe é de direito, desde remuneração salarial digna às condições materiais de trabalho.

A formação continuada deve possuir um propósito intencional, democratizado, político e planejado, de modo a contemplar todas as percalços enfrentados pelo docente, abordando assuntos diversos, voltados principalmente para o aprimoramento de habilidades necessárias, como o atendimento especializado para crianças com necessidades especiais, otimização do tempo em sala de aula, planejamento e avaliação de experiências pedagógicas, inter/multi/pluri e transdisciplinaridade, elaboração e avaliação de projeto político-pedagógico, dinâmicas de trabalho sistematizado democrático e cuidados com a própria saúde, física e emocional; por exemplo.

Para que isso seja possível, a gestão municipal deve manter um vínculo frequente com os docentes, não só através da direção escolar. Como foi citado anteriormente, uma das práticas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação se deu através dos conselhos escolares, a fim de possibilitar debates entre os profissionais e ouvir suas opiniões e reivindicações.

Faz-se necessário ainda que ocorram visitas frequentes as unidades escolares, para que os professores percebam a gestão municipal aliada no processo educativo, assim, saberão que seu papel é visto e ouvido, e que não estão só nessa trajetória.

Conclui-se então que o caminho mais viável para a eficácia do sistema educativo é a priorização efetiva da educação, ou seja, admiti-la como o pilar que sustenta o saber científico, à inalienabilidade de direitos, a consciência, base de socialização e sociabilidade humana e o pedagógico desenvolvimento de potencialidades humanas para as bases de

produção da vida. No entanto, cabe ressaltar que tornar a educação prioridade envolve mais do que a destinação de verbas ou melhoria nas estruturas escolares, mais ainda, é necessário ofertar aos educadores uma formação adequada, após ouvi-los e atender às suas integralizações nas políticas educativas com zelo na escolha dos conteúdos e principalmente, valorização desses profissionais para que possam desempenhar sua função com segurança, motivação e competências que possuem.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 14724. Norma Brasileira: Informação e documentação — **Trabalhos acadêmicos — Apresentação**. 3. ed. [S. l.]: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2011. ISBN 978-85-07-02680-8. Disponível em :

<https://ppgham.unir.br/uploads/27093751/ABNT/NBR14724%20-%20Trabalhos%20academicos.pdf>. Acesso em 27 nov 2023.

BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, pp.99-116, Jul/Dez 2001. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf>. Acesso em: 25 ago 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDBEN**. 9394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 22 ago 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 22 ago 2023.

Brasília: MEC, 2001. BRASIL. Parecer CNE/CP9/2001 - **Diretrizes Curriculares Nacionais** para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 27 ago 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. Apresentação: Políticas públicas de responsabilização na educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 345-351, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Tj6ngrDgv68qtsVMpsKPqkx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 set 2023.

GATTI, Bernardete. Formação inicial de professores para a educação básica: pesquisas e políticas educacionais. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 25, n. 57, p. 24-54, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/d6PXJjNMc3qJBMxQBQcVknQ/>. Acesso em: 18 mai 2023.

NÓVOA, Antonio. Profissão: Professor. Reflexões históricas e sociológicas. **Análise Psicológica** (1989), 1-2-3 (VII): 435-456. Disponível em:

https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/5229/1/AP-1989_123_435.pdf. Acesso em: 22 ago 2023.

BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 18 mai 2023.

MAGALHÃES, L; AZEVEDO, L. Formação Continuada e suas implicações: entre a lei e o trabalho docente. **Caderno Cedes**. Campinas : FE/Unicamp, 2015. v.35, nº .93. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/G7Fqdms45c6bxtK8XSF6tbq/>. Acesso em: 27 ago 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (BRASIL). CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1**. [S. l.], 27 out. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file>. Acesso em: 18 mai 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (BRASIL). CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2**. [S. l.], 01 jul. 2015. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22015.pdf?query=resolu%5Cu00e7%5Cu00e3o. Acesso em: 18 mai 2023.

MORAIS, Joelson de Sousa. A prática reflexiva na formação inicial de professores à luz de narrativas (auto)biográficas: lições de uma experiência na pandemia. In: BRANDT, Andressa Grazielle, MAGALHÃES, Nadja Regina Sousa, SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da (Org.). **Didática e formação de professores: desafios e perspectivas da articulação 1.ed entre teoria e prática: volume 2.** – 1.ed. – Curitiba-PR: Editora Bagai, 2021. 326p. E-Book. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/601721/2/Editora%20BAGAI%20-%20Did%C3%A1tica%20e%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20Professores%20-%20volume%202.pdf>. Acesso em: 27 ago 2023.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2009, vol.14, n.40, pp.143-155. ISSN 1413-2478. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/>. Acesso em: 22 ago 2023.

IVENICKI, Ana. A educação permanente e a formação continuada docente: questões urgentes para um mundo pós-pandêmico. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 113, p. 849-856, out./dez. 2021b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/nZJ8cKhM3ZXZrby76nJc9xn/>. Acesso em: 22 ago 2023.

VASCONCELOS, Cristiane Regina Dourado; ARAUJO, Jomária Alessandra Queiroz de Cerqueira. **Educação em tempos de pandemia: a prática do ensino remoto na percepção de professores.** 2020. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/6954-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 18 mai 2023.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Boa tarde, meu nome é Beatriz Dias Félix, eu sou concluinte do curso de Pós Graduação Latu-Sensu em Formação Docente para a Educação Básica da Universidade Federal de Campina Grande e o Sr. (a) está sendo convidado (a), como voluntário (a), à participar da pesquisa intitulada “**FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TRIUNFO-PB**”.

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS: As razões pelas quais fui motivada a realizar tal pesquisa está diretamente vinculada a minha prática como educadora, visando provocar a discussão acerca da valorização dos profissionais que atuam nas escolas da rede pública de ensino, que enfrentam adversidades profissionais, pedagógicas e estruturais, que merecem ser investigadas e debatidas no cenário da Universidade. O objetivo desta pesquisa é analisar os fins e condições de implementação das políticas de formação continuada para docentes da Educação Básica do Município de Triunfo. Os dados serão coletados da seguinte forma: o Sr. (a) irá responder um questionário semiestruturado que aborda pontos relacionados a formação continuada para docentes. Como também questões relacionadas as políticas que regem essas formações.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS: Não haverá desconforto ou risco mínimo previsível para o (a) Sr. (a) que se submeter à coleta dos dados, tendo em vista tratar-se apenas de respostas a um questionário, onde não haverá identificação individualizada e os dados da coletividade serão tratados com padrões éticos (conforme Resolução CNS 466/12) e científicos, sendo justificável a realização do estudo porque através da análise dos resultados obtidos será possível conhecer as ações políticas e pedagógicas, adotadas para a formação de professores na cidade de Triunfo.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSINTÊNCIA: A participação do Sr. (a) nessa pesquisa não implica necessidade de acompanhamento e/ou assistência posterior, tendo em vista que a presente pesquisa não tem a finalidade de realizar diagnóstico específico para o senhor, e sim identificar fatores gerais da população estudada. Além disso, como no questionário não há dados específicos de identificação do Sr. (a), a exemplo de nome, CPF, RG, etc., não será possível identificá-lo posteriormente de forma individualizada.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE

SIGILO: O Sr. (a) será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O Sr. (a) é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de prestação de serviços. O (s) pesquisador (es) irá (ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa permanecerão confidenciais podendo ser utilizados apenas para a execução dessa pesquisa. O Sr (a) não será citado (a) nominalmente ou por qualquer outro meio, que o identifique individualmente, em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado, assinada pelo Sr. (a) na última folha e rubricado nas demais, ficará sob a responsabilidade do pesquisador responsável e outra será fornecida ao (a) Sr. (a).

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR

EVENTUAIS DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para Sr. (a) e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Não é previsível dano decorrente dessa pesquisa ao (a) Sr. (a), e caso haja algum, não há nenhum tipo de indenização prevista.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE:

Eu, _____, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci todas minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e desistir de participar da pesquisa se assim o desejar. O (a) pesquisador (a) _____ certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais, no que se refere a minha identificação individualizada, e deverão ser tornados públicos através de algum meio. Ele compromete-se, também, seguir os padrões éticos definidos na Resolução CNS 466/12. Também sei que em caso de dúvidas poderei contatar o professor orientador **Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes**, através do telefone 83 9914 2019. Além disso, fui informado que em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo poderei consultar o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Alcides Carneiro, o CEP/HUAC - Comitê de Ética em Pesquisa com

Rubrica do participante

Rubrica do pesquisador responsável

Seres Humanos, sito à Rua Dr. Carlos Chagas, s/n, São José. Campina Grande- PB.
Telefone: (83) 2101-5545.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

_____	_____	____/____/____
Nome	Assinatura do Participante da Pesquisa	Data

_____	_____	____/____/____
Nome	Assinatura do Pesquisador	Data

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS NÃO DOCENTES

PESQUISA:

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO
MUNICÍPIO DE TRIUNFO-PB

QUESTÃO DE PESQUISA:

De que modo se constituem as políticas de formação continuada para docentes da
educação básica no município de Triunfo-PB?

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____

Escolhido: _____

E-mail: _____

Celular: () _____

Formação básica:

Graduação: () Sim () Não - Qual: _____

Especialização: () Sim () Não - Qual: _____

Stricto Sensu: () Sim () Não - Qual/Em que: _____

Tempo de atuação no magistério: _____

Participa de algum movimento social vinculado à docência e/ou à gestão:

() Sim () Não - Qual(is): _____

2- Questões

2.1- O que você entende por formação continuada de professores?

2.2- Você acredita que a formação continuada apenas complementa a formação
inicial ou apresenta conteúdos que nunca foram vistos na graduação?

2.3- Qual a utilidade da formação continuada?

- 2.4-** A formação continuada de professores é importante para a percepção das novas práticas pedagógicas? Por quê? E de que modo, melhor seria implementada?
- 2.5-** Quais são os principais entraves que nos dificultam aproveitar melhor as formações continuadas?
- 2.6-** O Estado ou o município oferece Cursos de Formação continuada para os profissionais da Educação? Em quais áreas, fundamentalmente? Em qual periodicidade?
- 2.7-** Quais formatos de formação são usados pela rede de ensino? (Ex: seminários pontuais, palestras, cursos, etc)
- 2.8-** Quais são as expectativas que você possui para essas formações? Por quê?
- 2.9-** Houve algum tipo de avaliação dos resultados esperados nas formações que já ocorreram? Quais, por favor?
- 2.10-** Os professores que frequentaram o curso de formação continuada se mostraram abertos ao curso ou foram relutantes na aceitação dele? Há aqueles que não se mostram abertos a tais formações? Em percentual de quantos, aproximadamente? Por quê?
- 2.11-** O relacionamento direto e/ou indireto com o corpo discente tem sido debatido nas formações? Por quê, e de que modo?
- 2.12-** As escolas que possuem um trabalho sistematizado de formação continuada apresentam melhores resultados? E por quais critérios ou vetores se avalia ou se conclui que haja um trabalho sistematizado com formação continuada nas escolas?